

OS JOVENS E A LINGUAGEM DA VIOLÊNCIA (OU A ESCOLA COMO METÁFORA DO CONFINAMENTO)

THE YOUNG AND THE LANGUAGE OF VIOLENCE (OR THE SCHOOL AS CONFINEMENT METAPHOR)



Vol.9 nº 17 jan./jun.2014
p. 257-267

Carlos A. Gadea¹

RESUMO: A relação entre juventude e violência encobre uma série de diagnósticos pouco lúcidos acerca do sentido que esta relação estabelece no momento de compreender as sociabilidades juvenis contemporâneas. A isso, devem-se somar as preocupações que no âmbito escolar surgem como desdobramentos que procuram outorgar à ação pedagógica e educativa centralidade valorativa inquestionável. Tanto a violência como a escola devem ser redefinidas à luz de uma realidade juvenil que demanda mais senso prático e maior compreensão. O presente texto procura descrever o universo juvenil atravessado pelas diferentes dinâmicas de violência contemporânea, bem como uma crítica do que representa a escola como espaço que parece não abandonar o “paradigma do confinamento” como inerente à sua função.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens, violência, escola.

¹Pós-doutorado na Universidade de Miami. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unisinos. Bolsista de Produtividade do CNPq.

ABSTRACT: The relationship between youth and violence covers a number of rather unreasonable diagnoses about the meaning this relationship establishes at the moment of understanding contemporary juvenile sociabilities. To this it should be added the concern arising from the school environment as unfolding issues that try to give unquestionable evaluative centrality to pedagogical and educational action. Both violence and school should be redefined in the light of a juvenile reality that demands more practical sense and greater understanding. The present text aims to describe the juvenile universe crossed by different dynamics of contemporary violence, as well as to criticize what the school represents as a space that seems not to abandon the "paradigm of confinement" as inherent in its function.

KEY WORDS: Youth, violence, school.

OS JOVENS E A VIOLÊNCIA

Uma marca singular dos jovens na atualidade é a sua exposição à violência. Para muitos, esta exposição se torna materializável como correlato à sua cotidianidade em situação de vulnerabilidade social, em especial naqueles que residem nos

denominados “bairros problemáticos”. Certamente, a falta de oportunidades de trabalho (para aqueles com mais de 18 anos), da diversificação de alternativas de lazer e de ambientes escolares incentivadores podem explicar, em parte, como as notórias carências no que respeita ao desenvolvimento educativo e cultural interferem nos atuais problemas que atravessa a juventude. Isto tem sido algo que, reiteradamente, outorgou explicação à maior quantidade de problemas relacionados com a população jovem, vinculados a iniciativas de políticas públicas abrangentes e ao voluntarismo de muitos atores políticos e sociais. Sem dúvida, muito se tem avançado ao respeito, mas o medo, a exposição à violência, a insegurança, a percepção de um “futuro incerto” e a participação ativa em atos de violência continuam se instituindo em traços identitários evidentes de uma juventude que, em muitas ocasiões, percebe-se submetida ao estigma e à exclusão social.

Como bem se sabe, é durante a juventude (desde o processo socializador que se origina nos primeiros anos de vida) que se dá início um processo continuado de aprendizados e tomadas de decisões que determinarão de maneira concreta o seu futuro social. Também onde confluem as diversas heranças culturais, sociais e familiares conforme processos de individualização e subjetivação concretos, fatores centrais na constituição de sociedades modernas e democráticas. Por isso, insiste-se em pensar que políticas públicas destinadas à juventude se tornam por demais necessárias e imprescindíveis para atingir a equidade e o desenvolvimento humano, valores fundamentais de sociedades orientadas a partir de ideais de justiça social. Nos últimos anos, debates em torno à condição juvenil e as conseqüentes políticas públicas manifestaram grande preocupação, fundamentalmente, com o crescente fenômeno da violência, seja no âmbito escolar (a instituição escolar) como nas diferentes relações intersubjetivas (família, bairro, cidade, “grupo de iguais”, etc).

Quando se analisa a relação entre violência e juventude deve-se ter em consideração as características próprias desse público jovem alvo das preocupações: transitoriedade, disposição a assumir riscos, socialibilidades intensas e etapa de definição de identidades e papéis sociais. Às vezes é a pobreza, as carências materiais e simbólicas que muitos bairros podem apresentar como marca estrutural, o que se instituiu em explicação fundamental sobre os atos de violência em que possam estar envolvidos jovens, sob o risco da estigmatização social. De todas as maneiras, e como muitos estudos assim o demonstram, em absoluto a pobreza pode se associar linearmente com a violência urbana e, fundamentalmente, nem com a delinquência. Há uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição da população jovem à violência urbana ligados a problemas, fundamentalmente, da socialização primária (na família) e da socialização secundária, surgidos de carências materiais, educativas, de inserção no mercado de trabalho e de dispositivos socialmente integradores de diversas características (ligados ao lazer, ao esporte, a atividades lúdicas, etc).

Mas, de que jovens se está fazendo referência? As experiências individuais dos jovens atuais tendem a ser caracterizadas a partir de um novo panorama sócio-cultural. À estabilidade de outrora lhe substitui a incerteza com o futuro e o risco nas vivências cotidianas. Não se esgotando numa simples “transição” cronológica na vida individual, trata-se de uma noção, o da juventude, que remete a particularidades nos processos de individualização, tanto com relação a valores e atitudes específicas quanto às estratégias operacionalizadas na negociação dos caminhos para a vida futura. Várias pesquisas têm apontado a emergência de modos reflexivos e criativos de construção biográfica, assim como a adoção de éticas de vida mais expressivas (e menos participativas, no sentido político clássico), conviviais e “hedonistas”, especialmente quando se faz referência à importância atribuída a valores como a autonomia, a diversão e a experimentação. Neste cenário, a violência emerge como forma de sociabilidade que denota uma linguagem ou narrativa que procura a “integração negada” ou “postergada”, um desejo e interesse por visibilidade e reconhecimento. Como linguagem, a violência se nutre de uma semântica escorregadia, de difícil apreensão e compreensão. Por isso, pergunta-se com frequência: como compreender esta juventude contemporânea perante a violência urbana? Como se vivencia em

muitos jovens em situação de vulnerabilidade social um contexto cotidiano de “violência intersubjetiva”? Como a própria violência se insere no repertório cultural da construção subjetiva dos jovens de hoje?

O cenário atual da violência é pouco alentador para com a população jovem no Brasil. Se considerarmos os casos de homicídios entre os jovens menores de 19 anos, ou seja, das consideradas “mortes por fatores externos”, percebe-se a dramática realidade atual em que muitos jovens estão inseridos.

Taxa de Homicídios no Brasil (2000-2010, em %) – Diminuição e aumento: de 1 até 19 anos de idade.



FONTE: Mapa da Violência 2012 – Crianças e adolescentes do Brasil (FLACSO, Brasil)

No “Mapa da Violência” se mostra a evolução dos homicídios por estados da federação. Em cor azul-claro se encontram os estados que têm diminuído a taxa de homicídios. Destaca-se os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Roraima e Pernambuco. Os fatores que geraram tal quadro são de diversa índole, compreendendo-se que políticas e investimentos concretos em segurança pública podem ser as explicações mais comumente atribuídas ao fenômeno. Em cor vermelho se localizam aqueles estados em que aumentaram os homicídios entre a população jovem. Destacam-se os estados de Bahia, Rio Grande do Norte e Pará, com um aumento superior aos 350 % no período dos dez anos pesquisados. Em linhas gerais, o aumento nas taxas de homicídios tem sido de grande notoriedade, desenhando um mapa em que a cor vermelha se torna hegemônica. Este panorama da evolução das “mortes por fatores externos” na população juvenil fica demonstrado no seguinte quadro:

Crescimento de Taxas de Assassinatos a Crianças e Adolescentes – 1 a 19 anos de idade (cada 100 mil)
346,4 % em 30 anos

Ano	Taxa (cada 100 mil)
1980	3,1
1990	7,7
2000	11,9
2010	13,8

Em 30 anos, manifesta-se um crescimento do 346,4 % na taxa dos assassinatos de jovens no país. Enquanto nos anos de 1980 a taxa era do 3,1 %, para o ano 2010 se estabeleceu no patamar dos 13,8 %. Curioso é observar como em nível mundial, e numa pesquisa realizada entre 91 países, o Brasil ocupa o 4º lugar em mortes por homicídios entre crianças e adolescentes, atrás do problemático El Salvador, a Venezuela e Trinidad e Tobago (Quadro abaixo).

País	Ano	Taxa	Posição
El Salvador	2008	18,0	1º
Venezuela	2008	15,5	2º
Trinidad e Tobago	2008	14,3	3º
Brasil	2009	13,0	4º

FONTE: Mapa da Violência 2012 – Crianças e adolescentes do Brasil (FLACSO, Brasil)

Ao considerarmos os casos de “mortes externas”, a violência, de fato, torna-se um grave problema para o contexto contemporâneo de vivência dos mais jovens. Mas, os jovens são vítimas, unicamente, de homicídios, de uma violência que pode estar, em princípio, associada à própria vulnerabilidade social de segmentos sociais específicos? Os jovens são vítimas de outras modalidades violentas da nossa sociedade? A continuação se verá algumas das maneiras mais visíveis da violência sofrida.

I. A violência sexual e corporal

Em pesquisas desenvolvidas nos últimos tempos, percebe-se como a violência sexual e corporal (estupro, assédio sexual, ato obsceno, favorecimento a prostituição, lesão corporal, maus tratos) é, talvez, o tipo de violência que mais preocupa a instituições públicas e educadores. Residem nas características dos vínculos familiares e na própria constituição familiar atual

eventuais explicações do fenômeno. A denominada “família extensa”, caracterizada pela convivência de três gerações (avós, pais, tios e filhos) sob o mesmo teto tem gerado múltiplos conflitos geracionais, precipitando situações de violência contra os mais vulneráveis. Logo, os vínculos e relações familiares (extensível às relações entre vizinhos) com frágeis laços afetivos e de interesses parecem possibilitar o aparecimento de uma violência “difusa” e “silenciosa”, que termina gerando problemas na constituição subjetiva de crianças e adolescentes no seu processo de socialização. Trata-se de um tipo de violência que, no geral, tem sua materialização nos bastidores de relações familiares em aparência estáveis e “normais” aos olhos de todos.

2. A estigmatização juvenil

Existem duas principais fontes de estigmatização da população jovem: via associação com o delito e via associação com o consumo de drogas. Um dos mitos mais difundidos se relaciona com a fatal associação entre “minoridade de idade” e a delinquência juvenil; algo longe da realidade. Está fartamente demonstrado no mundo que o delito protagonizado pela população jovem e menor de idade (contemplando os homicídios, o furto, o roubo e a lesão corporal) é de 8 a 10 % do total, ou seja, o “mundo adulto” é o principal protagonista da denominada delinquência urbana nas grandes e medianas cidades do mundo. Dessa maneira, é falsa tal associação. Por outro lado, a “criminalização das drogas”, considerando-se que o consumo de maconha, por exemplo, é produto de uma juventude que lida com a ilegalidade e que conspira contra a “ordem cidadã”, tem-se estabelecido como discurso estigmatizante para as sociabilidades juvenis, o lazer e a própria experiência jovem. Nesse sentido, influenciados pela megalomania televisiva de muitos programas, grande parte da população assume como “real” dados e acontecimentos que adquirem capacidade construtiva de percepções que se admitem como emanadas do “mundo real”, percepções muitas vezes fundamentada em boatos, fofocas, “diz que me diz”, dentre outras narrativas do senso comum.

3. Os “jogos eletrônicos” como linguagem da violência juvenil

Gustave Le Bon, a começos do século XX, mostrou como as crenças coletivas eram cada vez mais “alucinações coletivas” cridas como certas, mas real e crescentemente induzidas por conteúdos “irracionais”, ou seja, de complexa explicação prática. A teoria crítica, tempo depois, ia enfatizar coisas semelhantes, adjudicando poder à sedução do icônico na construção dessas alucinações tomadas como opinião pública ou senso comum. Isto se reflete não só nos discursos construídos em torno à juventude e à sua associação com o delito e o consumo de drogas, mas também no que significa associar a prática do mundo lúdico dos “jogos eletrônicos” com a eventual prática de ações violentas dos jovens. Em si, para muitos, ao se inserir os jovens no universo lúdico de competições e “jogos” em que conteúdos de eventual violência são apresentados, estes terminam “imitando” nas suas práticas e relações cotidianas aquilo que de violento se experimenta nos devaneios recreativos dos “jogos eletrônicos”. Esta premissa se fundamenta na “sensação” de que os jovens, ao imitar a dinâmica violenta dos jogos, apresentam-se carentes de reflexividade, “mimetizados” pela linguagem da forma dos jogos. Mas, será que a linguagem do universo dos “jogos eletrônicos” só desenvolve capacidades de mimetismo, cópia e “irrealidade”? Ou, pelo contrario, possibilita o contato, por analogia, com o mundo cotidiano e “externo” ao próprio jogo de muitos jovens, gerando a prática de destrezas psico-motrizes necessárias para o desenvolvimento intelectual dos jovens? Não será que existem grandes chances de reflexividade em tudo isso? Responder estas interrogações pode conduzir a derrubar o falso mito da mimese entre tecnologia e ação humana. Estes tipos de associações entre a violência (de fato e em potencial) e juventude representam, tão simplesmente, uma mínima parcela do amplo universo representacional atual sobre o que significa “ser jovem” na atualidade.

OS JOVENS E O PRESENTE

Em grandes linhas, a sociologia da juventude se desenvolveu a partir de dois eixos analíticos: em primeiro lugar, um eixo que procura definir e compreender as *características convergentes* da juventude como categoria social generalizável, e em segundo lugar, um eixo analítico que enfatiza as *características divergentes* que configuram as diversas juventudes como grupos culturais autônomos, aderindo à sentença da existência de múltiplas juventudes. Muitas preocupações de pesquisadores e agentes políticos enfrentados com os atuais processos sociais de transformação do mercado de trabalho, o sistema de ensino e as dinâmicas familiares têm apontado, da mesma forma, a necessidade de observar o que representa o “prolongamento da juventude” como fase de vida, o que se tem denominado “geração suspensa”. Não obstante, esta idéia, freqüentemente associada às dificuldades próprias da transição à vida adulta, parte de pressupostos um tanto questionáveis: aquele que parte do princípio de que os jovens querem ser adultos de forma compulsiva e, por outro lado, aquele que considera possível “objetivar” com dados e eventos identificáveis a transição etária. Estes pressupostos se deslegitimam num cenário de acentuada singularização de trajetórias ou itinerários e comportamentos juvenis, desencadeando, conseqüentemente, a eliminação das fronteiras simbólicas da juventude como grupo específico.

A representação da juventude como fase da vida também é questionada a partir das novas mudanças sociais e econômicas, afetando a todos os grupos etários e, muito especialmente, as novas gerações. Estas têm sido confrontadas, de maneira particular, com a erosão de certos marcos de referências culturais historicamente legitimados, muito especialmente com aqueles ligados aos mecanismos de socialização e transição para a vida adulta. As referências culturais que serviam como fios condutores das condutas e das trajetórias individuais se têm enfraquecido sensivelmente: as transformações no mercado de trabalho (flexibilização, precarização e imprevisibilidade), nas estruturas familiares (pluralização das formas de organização familiar, o crescimento dos divórcios, etc.) e as novas dinâmicas associadas ao consumo são exemplos disso. Esses fatos parecem ter pressionado os jovens atuais a realizar usos ativos da sua capacidade de reflexividade individual para criar novos estilos de vida e elaborar novas identidades, numa multiplicidade de opções disponíveis ou inventadas. Claro está que as “escolhas racionais” realizadas pelos jovens não podem ser consideradas fundamentos centrais da sua vida social, já que a vida coletiva supõe, antes de tudo, limitações estruturais (econômicas, políticas, normativas). De fato “ação” e “estrutura”, e a maneira como ambas se articulam nas sociedades atuais, devem ser levadas em conta no momento da análise das sociabilidades juvenis contemporâneas. Desta maneira, as trajetórias juvenis devem ser contempladas pela perspectiva de um processo de individualização estruturada sob os condicionamentos e limitações que nos impõe a vida coletiva.

Um eventual exemplo dos “poderes de coerção” social contemporâneo e que impera sob a lógica da sedução é a *mídia*. A diagramação dos programas de TV, dos jornais diários e da publicidade é orientada por expectativas construídas pelo mundo adulto sobre o que seria importante para os jovens. Nesse universo representacional, os jovens são “filtrados” por adjetivações que, em muitas ocasiões, misturam elementos negativos, estigmatizações e construções identitárias com evidente tom discriminatório. Assim, na atualidade, parece que os meios de comunicação apresentam duas opções sobre a construção simbólica da juventude: por um lado, ancorada no universo da moda e da publicidade, e por outro, ligado à violência e à delinquência. No primeiro caso, assiste-se a uma espécie de colonização da mídia dos estilos estéticos juvenis pelo sistema da moda e do marketing, em correspondência à noção de consumismo impulsionado pela indústria cultural. No segundo caso, assiste-se a um movimento generalizado em que a mídia constrói um retrato da juventude com base ao “perigo urbano”, a violência e à insegurança.

De todas as maneiras, o olhar sobre a juventude contemporânea não pode cair nestas

simplificações interpretativas, e muito menos em manipulação oportunista dos meios de comunicação. As sociedades contemporâneas são demasiado diferenciadas e policontextuais, e onde as experiências dos jovens devem ser analisadas a partir de múltiplas filiações identitárias correspondentes a necessidades e negociações contínuas no seu cotidiano. Múltiplos mundos sociais desenham múltiplas experiências sobre o ser jovem. Daí que a singularização das experiências de vida dos jovens remete à especificidade de contextos e às múltiplas oportunidades e estratégias elaboradas para o melhor convívio social, chamando a atenção para os processos de mudança nas sociabilidades e nas suas formas que elas começam a adquirir. Conseqüentemente: qual é o “olhar” privilegiado para análise da experiência social e das formas das sociabilidades da juventude na atualidade?

Como resultado das novas tensões, frustrações, ansiedade e contradições da juventude contemporânea, começa a esboçar-se uma sociabilidade marcada por uma tipificação nova: a neotribalização. Durante o anos 80 e 90, começa a perceber-se que a neotribalização responde a um fenômeno complexo, de crescente expressividade. Ela se apresentava como resposta social e simbólica à excessiva racionalidade burocrática, ao isolamento individual urbano e à frieza de uma sociedade competitiva. Adolescentes e jovens pareciam sentir, nas tribos, a possibilidade de encontrar uma nova via de expressão, uma maneira de distanciar-se da “normalidade” que não os satisfazia e, além disso, a ocasião de intensificar suas vivências pessoais e encontrar um núcleo gratificante de afetividade. Como diria Maffesoli, a sociabilidade em transição que nos sugere este processo de neotribalização anuncia a passagem de uma ordem e princípio comunicacional e simbólico individualista para um relacional e, de forma análoga, a passagem de um princípio político para outro, de caráter estético.

A análise das “tribos urbanas” de Michel Maffesoli contribuiu muito para uma frutífera revisão da literatura sobre o tema “juventude”. Em “O tempo das tribos” preocupou-se em analisar o comportamento dos jovens urbanos na ótica do nomadismo, do consumo, dos novos formatos associativos e afetivos e a fragmentação social. O eixo central era demonstrar que os microgrupos emergentes de jovens tomavam a forma de comunidades emocionais onde o valor do afetivo e do “estar junto”, a valorização do corpo e os laços de proximidade primários, conduziam não mais a um princípio individualista do social mas a uma produção cultural de grande complexidade. Neste emaranhado de sociabilidades emergentes, Maffesoli chama a atenção para o caráter efêmero destes laços associativos ou neotribais, sua fluidez e flexibilidade, a forte carga local de seu desenvolvimento e o escasso formato organizacional segundo critérios em que o fator político é um componente aglutinador privilegiado. O sociólogo francês realiza uma separação conceitual de grande interesse para compreender as dinâmicas de sociabilidade da juventude: por um lado, uma interação política, projetiva, racionalizada, individualista; por outro, uma identificação estética, emocional, não-direcionada, que se satisfaz em viver o dia-a-dia, no simples prazer de “viver com outros”.

Praticamente, de forma simultânea, Gilles Lipovetsky, embora não possa ser considerado um autor que analisa os comportamentos juvenis contemporâneos, traz uma série de noções sociológicas que, sem dúvida, se apóiam numa observação concreta das novas modalidades associativas e de comportamento dos jovens. Sem mencioná-los, antecipa modalidades de socialização emergentes sobre a base de uma espécie de “narcisismo coletivo”: solidariedade grupal, “redes situacionais”, retração dos objetivos universais. Para Lipovetsky, o atual processo de personalização que protagonizamos supõe que a última figura assumida pelo individualismo contemporâneo não reside numa “independência associal”, mas em ramificações e conexões com interesses miniaturizados, hiperespecializados: grupos de jovens que realizam trabalhos voluntários diversos ou as diferentes comunidades emocionais das quais fala Maffesoli. Isso não significa um processo tendente a conduzir os indivíduos, a reduzir a carga emocional investida no espaço público ou nas esferas transcendentais e a aumentar as prioridades da esfera privada. A valorização do imediato, dos temas cotidianos e das preocupações existenciais de cada dia resulta serem os motores constitutivos dos novos valores emergentes nos grupos de jovens atuais.

Dos estudos de Maffesoli e, posteriormente, das análises de Lipovetsky, surgem perguntas interessantes para compreender os novos contornos das práticas culturais e das sociabilidades dos jovens atuais. Magnani, por exemplo, adverte para a necessidade de reavaliar o conceito de tribo desenvolvido amplamente na literatura sobre jovens durante os anos 1980 e 1990, afirmando que uma de suas mais claras limitações está em possibilitar um mal-entendido entre o sentido que se atribui ao termo “tribo” nos estudos tradicionais de etnologia e seu uso para designar grupos de jovens no cenário da metrópole. Segundo Magnani, nada está mais longe da realidade do que considerar os grupos de jovens como grupos bem definidos e delimitados, com regras e costumes particulares. Por isso, propõe substituir o termo “tribo urbana” por “cultura juvenil”, uma virada interessante no marco teórico que deixa privilegiar perspectivas antropológicas, de corte etnográfico, para dar maior ênfase aos contornos teóricos mais globais, ligados aos denominados “estudos culturais”. A mudança terminológica sugere, também, uma mudança na forma de encarar a questão juvenil, “que transfere a ênfase da marginalidade para a identidade, das aparências para as estratégias, do espetacular para a vida cotidiana, da delinquência para o ócio, das imagens para os atores”. O que certamente pode ser constatado é que ao falar de “tribo”, o objeto juventude parece reduzir-se à “forma” da sociabilidade assumida, em que seu caráter particularmente fechado e sólido negligencia a capacidade de movimento que os comportamentos juvenis vieram assumindo. Talvez a noção de “rede” possa ser mais propícia para designar o tipo de sociabilidade empreendida pelos jovens atuais, na medida em que se faz presente o hibridismo e a contaminação de uma multiplicidade de códigos estéticos, valorativos e de consumo generalizado entre a juventude.

Dessa maneira, marcadas tendências de uma auto-responsabilização sobre os destinos sociais, de uma reflexividade autônoma e certas preocupações com a “conetividade”, com os aspectos relacionais da vida social, sugerem uma cultura juvenil a meio caminho entre a “paixão” pelo contato na forma das neotribos e um processo de individualização ciente de um mundo complexo, incerto e “presenteísta”. Os jovens na atualidade parecem desenhar ações com forte viés estratégico nas suas escolhas e decisões, sem que isso represente uma subjetividade construída sob valores da competitividade e o isolamento. Muito contrariamente, nos encontramos perante uma cultura juvenil que se preocupa com seu ambiente, além de muito sensibilizado com os desafios do mundo moderno.

Em definitivo, o que pode caracterizar os jovens na contemporaneidade? Em primeiro lugar, são sujeitos que estão além da transição experimentada pela geração imediatamente anterior, aquela que experimentou a passagem da suposta “estabilidade” para a “incerteza do futuro” e a flexibilidade. Por outro lado, estes jovens estão inseridos numa “cultura do êxito”, da competição e do consumo. Isto significa que estão continuamente exigidos (e auto-exigidos) a construir uma “historia de vida” que supõe contínuos riscos, que se aventura na capacidade por lidar com situações diferentes a cada instante. Tanto o consumo como a “cultura do êxito” são próprias dos condicionamentos da vida social, e elas são traduzidas pelos jovens como metas inerentes à própria subjetividade, gerando, em ocasiões, grandes frustrações enquanto as expectativas insatisfeitas com o próprio caminho idealizado. Mas enquanto outras gerações perseguiram marcos teleológicos ligados à política e ao público, a atual juventude traduz o espaço privado e as exigências pessoais pelo êxito em teleologia de uma vida coletiva fundamentada e legitimada no “discurso do merecimento”, na meritocracia. Outro fator importante que caracteriza o atual universo juvenil é a sua vivência social após a crise dos modelos clássicos de socialização: a família, a escola, etc. Não são mais os jovens da mesma crise, são os que recolhem as migalhas da implosão desses modelos socializadores, convertidos em meros horizontes de referências carentes de legitimidade e estima. Parece um gesto até de ironia por parte destes jovens: são filhos de famílias com múltiplos modelos válidos, assistem como quase “ausentes” aos colégios e percebem que o mundo contemporâneo exige capacidade de escolhas contínuas, capacidade de lidar com situações diferentes e destreza perante as exigências de reflexividade e individualização crescentes. Estes jovens se apresentam “autônomos”, mas simultaneamente

ansiosos, carregados de um forte desassossego e solidão (as instituições “condutoras” já não conduzem sob a premissa de ser paradigmáticas da socialização). Por último, estes jovens têm na “conflituosidade”, na elaboração de “cenários de conflito”, uma linguagem “integradora” que possibilita a visibilidade, o reconhecimento intersubjetivo, a possibilidade de “estar conectado”. O conflito (“com-flito”), neste caso, deve ser interpretado como “estar junto” numa situação de “desavença”, importando mais considerar a forma da relação do que se ela instaura desacordos múltiplos. Assim, o conflito é o que permite uma relação social ali onde antes não existia, a possibilidade de construir-se um cenário de ação recíproca (Simmel). Por tal motivo, em políticas para jovens, no lugar de procurar gerar situações para “restaurar” vínculos ou “criar” novos, sugerindo-se com o “laço social” a prerrogativa de “compromissos” entre as partes, o importante é procurar desenvolver um novo paradigma da aproximação, do “encontro”, ao que podemos denominar “paradigma da conexão”, mais ligado aos processos de comunicação em formato de rede dos jovens, propiciadores de uma individualização e diferenciação social mais intensa.

JOVENS E ESCOLA

São vários os espaços sacralizados do imaginário da modernidade que têm ingressado numa dinâmica de constante banalização. Não só o espaço da política, privilegiado por quem o entende como eixo aglutinador da vida individual e social, parece estar imerso nos vendavais próprios das sociabilidades pós-modernas. A apatia escolar, a indiferença, a atenção dispersa e a crescente incomunicação lingüística e de mundos de vida entre educadores e educandos, são algumas características de uma situação que vem incomodando e preocupando a instituições educativas, autoridades públicas, educadores e família. Enquanto se torna necessário e constante inovar na atividade e pesquisa pedagógica, oferecendo-se cada vez mais liberdades, participação e ouvidos para os desejos do mundo jovem, o “deserto” resulta ser a metáfora mais adequada para um crescente processo de esvaziamento das instituições educativas, por parte dos jovens (esvaziamento não só pela sua ausência, senão pela dissociação simbólica entre eles e a instituição educativa). As causas, sem dúvida, podem ser diversas, mas a constatação de certos equívocos obstinadamente presentes nos leva a estabelecer uma possível explicação do porquê os problemas inerentes à aprendizagem, à socialização e à cultura das jovens gerações reflete uma interculturalidade pouco compreendida em âmbitos fundamentais da vida coletiva.

Banalização ou crise: eis a escola como um espaço que, sob o “paradigma do confinamento”, do isolamento do mundo exterior (na medida em que se institui como “um mundo em si”), ingressa numa dinâmica semelhante à de outras instituições da modernidade: presídio, hospício, etc. E qual pode ser a causa principal dessa crise? Fora os problemas que muitas vezes se enfatizam acerca do conteúdo pedagógico e curricular, a crise encontra-se na mesma forma que tem adquirido a escola. Quer dizer, que a eventual crise se torna visível na maneira em que se estrutura e processa a aprendizagem, aludindo que o fundamental é prestar atenção ao contexto social e cenificação da mensagem, à maneira que se transmite essa mensagem. Mas, fora estas implicações pedagógicas e educativas, radica no hegemônico “paradigma do confinamento” o argumento central para estabelecer o eventual desentendimento de educando e educadores no âmbito da escola. O “mundo jovem”, inserido no “paradigma da conectividade” e o pensamento em rede (estabelecendo-se, continuamente, redes de relações discursivas) entra em conflito com as “paredes” do modelo arquitetônico imperante do “evento educativo”. Mais do que dispersão juvenil por ausência de modelos pedagógicos “acordes” aos novos tempos, trata-se de uma espécie de “força anômica” por influência de um formato relacional que transgride as mesmas dinâmicas contemporâneas de interação, comunicação, crescente individualização e “funcionamento em rede”.

A violência, assim, entre os jovens na sua relação com a instituição escolar não é mais do que respostas diversas a diferentes maneira de se sentirem “desintegrados”, excluídos ou

“desconectados” do mundo. Para os jovens provenientes de lares de “baixa renda”, por exemplo, a escola não passa de um “depósito” percebido tal qual a lógica da imobilidade e da reprodução da sua condição de “pouco privilegiado” na lógica perversa do mercado de trabalho e de projetos estudantis. Como linguagem, a violência emerge como resposta a este “encapsulamento” do futuro, enquanto este é pensado como flexibilidade, movimento contínuo e fratura com aquilo que mantém “desconectado”. Em definitivo, subverter a percepção de “escola depósito” é uma das grandes tarefas atuais para se contrapor à violência e aos conflitos na escola. Deve-se, para isso, gerarem-se situações para a “conexão”, para o trabalho em rede, para a eliminação da sólida estrutura binária das partes que compõem a mesma relação educativa: professores e alunos. Em si, os jovens já não se sentem bem perante os “marcos binários” de ordenamento do mundo, reagindo com linguagens muitas vezes entendidos como violentos. As barreiras, os muros, devem ser derrubados: principalmente aqueles que estabelecem, de antemão, quem é quem dentro da escola. Há um “princípio de dispersão”, associado à de indiferença, que parece imperar entre os mais jovens na sua relação com o mundo que vivenciam. Por isso, atuar na dispersão é algo vital, e isso requer não assumir como válidas receitas outorgadas, necessariamente, pelo mundo normativo adulto. No “paradigma da rede” as verdades são intercambiáveis, incomensuráveis, e aí reside a sua sedução para o jovem: “aprender a pensar” tem se tornado uma premissa válida para uma realidade saturada de imagens e discursos que organizam a experiência (publicidade, moda, o “politicamente correto”, a sensibilidade ecológica e responsável, etc.). Vincular-se com os outros também é outro dos grandes desafios; quer dizer, manter um processo de individualização sustentado na fórmula do inevitável convívio com a diferença.

Eis o mistério de uma juventude que, sendo estigmatizada, criticada, alvo dos “bodes expiatórios” do adulto, apresenta-se na linguagem da violência com uma definição da vida como um paradoxo: o próximo e o distante, a autoridade e a liberdade, o sério e o lúdico, o “controle” e as possibilidades abertas à conectividade, os “espaços mínimos” (gerando medos, instabilidade, violência) e as “sociabilidades expansivas” (sob o “paradigma da conectividade”). Em definitivo, não se trata de um novo pacto na/da escola, e sim de reconhecer que a interculturalidade é muito mais do que a interação de culturas diferentes, além de referências étnicas, sexuais ou de gênero (de tudo aquilo que classicamente se encontra nas discussões sobre o multiculturalismo, a identidade e a diferença), para ir desenhando realidades sociais e culturais que adquirem forma nos conflitos e negociações entre o mundo adulto e o jovem, entre mundos que diferem em inquietações e “visões de mundo”, entre a linguagem de imagens e “contextos”, e uma linguagem retórica e linear.

NOTAS

²Ver o interessante artigo “A invenção de ‘bairros problemáticos’” de Sylvie Tissot publicado em *Le Monde Diplomatique*, outubro de 2007.

³ABRAMO, Helena Wendel e MARTONI BRANCO, Pedro Paulo (Org). *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

⁴A violência neste país centro-americano atinge índices alarmantes devido ao enfrentamento de gangues de jovens (as denominadas “maras”) entre si e com a polícia. Sugere-se assistir o filme “La vida loca” (2008), do diretor francês Christian Poveda.

⁵“Diagnóstico Demográfico, Socioeconômico e sobre Violência intersubjetiva infanto-juvenil no Município de Sapucaia do Sul – RS (Gadea, 2011b), realizado como consultoria realizada à Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul – RS, Brasil.

⁶Por exemplo, ao prolongar a estadia na casa dos pais, adiando a assunção plena do estatuto de adulto.

⁷Tal quais as conclusões obtidas no “Diagnóstico Demográfico, Sócio-econômico e sobre Juventude do Município de Esteio – RS”, realizado como consultoria realizada à Prefeitura Municipal de Esteio – RS, Brasil.

⁸MAFFESOLI, Michel. (1989) *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

⁹MAFFESOLI, Michel. (1995) *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios,

¹⁰LIPOVETSKY, Gilles. (1994) *La era del vacío. Ensayo sobre el individualismo contemporáneo*. Barcelona: Anagrama.

¹¹ MAGNANI, José Guilherme (2005), Os circuitos dos jovens urbanos, In: Tempo Social, v. 17, n.2, São Paulo.

¹² MAGNANI, José Guilherme (2005), Os circuitos dos jovens urbanos, In: Tempo Social, v. 17, n.2, São Paulo.

¹³ Para mais amplo desenvolvimento desta temática, ver Gadea, Carlos A. "Educação e mundo jovem em tempos pós-modernos". IN: Educação em revista, N° 6, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMO, Helena Wendel e MARTONI BRANCO, Pedro Paulo (Org). **Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- GADEA, Carlos A. "Violence and Collective Conflict Experiences". **Societies Without Borders**, Volume 5, N° 1, University of North Caroline, USA. (2010),
- _____. "**Diagnóstico Demográfico, Sócio-econômico e sobre Juventude do Município de Esteio – RS**" (Paper). (2011a).
- _____. "**Diagnóstico Demográfico, Socioeconômico e sobre Violência intersubjetiva infanto-juvenil no Município de Sapucaia do Sul – RS**" (Paper). (2011b).
- _____. "Educação e mundo jovem em tempos pós-modernos". **Educação em revista**. N° 6, 2005.
- _____. **Paisagens da Pós-modernidade: cultura, política e sociabilidade na América Latina**, Ed. Univali, Itajaí, Brasil. (2007).
- LIPOVETSKY, Gilles. **La era del vacío: Ensayo sobre el individualismo contemporáneo**. Barcelona: Anagrama. (1994)
- MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. (1995)
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (1989)
- MAGNANI, José Guilherme. Os circuitos dos jovens urbanos. **Revista Tempo Social**, v. 17, n.2, São Paulo. (2005)

Recebido em: 03/01/2014

Aprovado para publicação em: 29/05/2014